



Psicologia USP

ISSN: 0103-6564

ISSN: 1678-5177

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Canavêz, Fernanda

Da resistência autoimunitária ao múltiplo na psicanálise

Psicologia USP, vol. 28, núm. 3, Setembro-Dezembro, 2017, pp. 424-431

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

DOI: 10.1590/0103-656420150202

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305155079014>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

UAEM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso aberto

Da resistência autoimunitária ao múltiplo na psicanálise

Fernanda Canavêz*

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia. Seropédica, RJ, Brasil.

Resumo: O artigo discute a resistência no movimento psicanalítico a partir da provocação do filósofo Jacques Derrida de que haveria uma resistência autoimunitária da psicanálise, fazendo-a resistir, portanto, a si própria. Busca-se extrapolar as elaborações mais corriqueiras no âmbito da clínica psicanalítica sobre a resistência ao tratamento analítico, para colocar em pauta a discussão ético-política sobre a possibilidade de a psicanálise resistir à tirania do Um. Dessa maneira, a psicanálise resistiria ainda à tentação ao compromisso com a soberania ou com a crueldade. Por fim, pretende-se afirmar a potência do múltiplo no discurso psicanalítico, a despeito de seu movimento sempre pendular ora como expectativa de constituir um discurso hegemônico, ora como afirmativo do múltiplo, resistindo ao Um.

Palavras-chave: resistência, psicanálise e política, Derrida.

“É o *nous*, é o *pneuma*, é o *ego sum que sum*,
É a morte, é esse danado do número *Um*”
(Augusto dos Anjos, 1998, p. 19)

Muitos são os trabalhos que se dedicam à interlocução entre psicanálise e filosofia, dentre os quais constam as formulações do filósofo Jacques Derrida, protagonista da chamada filosofia da desconstrução, que busca desfazer um sistema hegemônico de pensamento, cujo trabalho remete àquele do inconsciente. Este é o objetivo que pode ser encontrado em *De que amanhã... diálogo*, em que se apresenta a proposição de desconstruir como modo de “resistir à tirania do Um”¹ (Derrida & Roudinesco, 2004, p. 9). A presença da psicanálise nas formulações de Derrida – que se dá, sobretudo, a partir do pensamento freudiano – é tida como importante instrumental em seu projeto de desconstrução.

Este artigo busca extrair as consequências de parte desses trabalhos para empreender uma discussão acerca do conceito de resistência, tal como é compreendido no campo da psicanálise. Essa empreitada será norteada, em especial, pela concepção, que pode ser entendida como provocação, feita por Derrida ao movimento psicanalítico ao referir a uma resistência autoimunitária da psicanálise, resistindo a si própria (Derrida, 2001a, p. 14). O objetivo é discutir essa assertiva e, por conseguinte, analisar em que medida a psicanálise pode se desembaraçar da resistência a si.

Para apresentar as bases dessa discussão convém circunscrever, ainda que brevemente, o quadro mais geral

de interlocução de Derrida com o pensamento freudiano. Com efeito, a apropriação feita por esse filósofo se oferece a ver na proposta de fazer justiça a Freud, como chegou a postular no embate travado com Michel Foucault a propósito de *História da loucura na Idade Clássica* (Foucault, 1972/2010), diálogo desdobrado em três tempos (Derrida & Foucault, 2001).

Embora o aprofundamento da referida discussão ultrapasse os limites deste artigo, é importante destacar o lugar de pivô ocupado por Freud em tal embate, pois a proposta foucaultiana de fazer uma história da loucura não teria sido possível sem o caminho outrora desbravado pelo fundador da psicanálise. Trata-se da fala de Derrida por ocasião do trigésimo aniversário da publicação do livro em questão (Foucault, 1972/2010), mote para o evento organizado em Paris pela *Société internationale d'histoire de la psychiatrie et de la psychanalyse*, por iniciativa de Elisabeth Roudinesco e René Majour.

No que concerne à forma pela qual a loucura é compreendida, Derrida colore Freud de tintas trágicas, em detrimento da aproximação do último da concepção crítica da loucura que teria sido, na perspectiva derridiana, operada por Foucault. Freud teria se mostrado “*hospitaleiro* com a loucura... que se explica com a morte” (Derrida, 1996b, p. 130, grifo do autor),² na ênfase conferida à pulsão de morte (Freud, 1920/1976) que Foucault teria deixado de fora em sua análise.

Apesar dessa afirmação, Derrida não deixa de lançar críticas ao pensamento freudiano, ou melhor dizendo, a certo Freud que ainda teria permanecido atrelado à retórica da metafísica clássica, cujos principais representantes seriam os conceitos metapsicológicos, alvos da reprovação derridiana. Entretanto, conforme mencionado desde o início, o objetivo da utilização de

* Endereço para correspondência: fernandacanavez@gmail.com

1 A noção de tirania do Um pode ser associada à crítica que Derrida faz da metafísica ocidental calcada em binarismos, em que um dos termos se sobrepõe a outro, apresentando-se, dessa forma, como hegemônico e tirânico. A proposta é a de questionar, ou seja, reorganizar os discursos pautados pela metafísica. Sendo assim, sua empreitada de desconstrução “consiste em desfazer, sem nunca destruir, um sistema de pensamento hegemônico e dominante. Desconstruir é de certo modo resistir à tirania do Um, do *logos*, da metafísica (ocidental) na própria língua em que é enunciada” (Derrida & Roudinesco, 2004, p. 9).

2 Derrida (1996b) diz se arriscar ao usar a palavra *hospitaleiro* (do francês *hospitalier*), dada sua derivação à palavra *hospital*, que se torna objeto de críticas severas por parte de Foucault em sua *História da loucura e Grandes enclausuramentos*.

seu pensamento neste artigo não é discutir os diferentes momentos de sua obra, nem mesmo as mais diversas aproximações e distanciamentos com formulações freudianas, mas se ater às importantes afirmações concernentes às resistências, destacando-se aquela atribuída à própria psicanálise. Parece que esse filósofo, tanto quanto psicanalistas interessados na história do movimento psicanalítico, interessou-se sobremaneira por esse tipo específico de resistência, problemática inerente aos últimos anos de sua elaboração, que foram marcados pelos assuntos da ética e da política (Birman, 2008).

Desse modo, a discussão aqui empreendida contará basicamente com os textos mais expressivos a respeito do tema no quadro desse recorte, a saber, *Résistances* (1996a), decorrente da conferência pronunciada em 1991 sobre a noção de análise; *Mal de arquivo: uma impressão freudiana* (2001a), produto de uma conferência realizada em 1994, em Londres, cujo tema foi a memória; e *Estados-da-alma da psicanálise. O impossível para além da soberana crueldade* (2001b), texto proveniente de sua participação no encontro dos Estados Gerais da Psicanálise, realizado em 2000 na cidade de Paris.

Em 1991, Derrida (1996a) afirma que seu objetivo não é tratar da problemática das resistências erigidas frente à psicanálise – trabalhadas pelo próprio Freud (Freud, 1926/1976) –, nem da resistência à análise – tema absolutamente corriqueiro em se tratando de trabalhos dedicados à clínica psicanalítica –, mas de uma resistência *da* própria psicanálise, quando esta resiste a si, a qual o autor entende como inerente ao próprio conceito de resistência à análise. Em última instância, não deixa de abordar a questão da resistência à análise, sob as diferentes modalidades enunciadas pelo discurso freudiano daquilo que se oporia à experiência analítica, embora o faça de maneira indireta e tortuosa, marca que se pode considerar característica de suas formulações.

A resistência à análise é, portanto, colocada em pauta para que Derrida (1996a) a aborde a contrapelo, resistindo ao referido conceito. Esse projeto o leva a fazer alguns questionamentos: em primeiro lugar, se o que resiste à análise não resistiria também ao próprio conceito; na sequência, questiona ainda se toda resistência à análise seria interpretável, colocando em pauta os limites da técnica interpretativa. Por fim, o filósofo indaga se não haveria *outra* resistência, bem como outro conceito de resistência à análise. Chegando ao extremo das indagações supraditas, suas indagações o levam a questionar se não haveria também outro conceito de análise.

O filósofo recorre ao pensamento freudiano para identificar uma resistência tomada como obstáculo à revelação de uma verdade subjacente, segredo escondido a ser revelado pelo analista. Trata-se da resistência apresentada à solução proposta pelo analista, solução a que se chegaria graças à interpretação, aceitação de resistência mais afeita ao cenário da primeira tópica freudiana, na qual a técnica psicanalítica centrava-se em tornar consciente o

inconsciente, na expectativa de superação da resistência do eu que nega o acesso ao recalado.

Todavia, não constitui a única acepção de resistência encontrada em Freud, pois este também soube reconhecer que aquela estaria referida a um excesso inapreensível, inserindo a temática da resistência em um campo de forças que demanda análise prática, efetiva e afetiva. É assim que Derrida enaltece os novos coloridos assumidos pela figura da resistência na obra freudiana após a conceituação da pulsão de morte, capazes de deslocar a obra do pai da psicanálise da tradição analítica clássica, movimento que atingiria seu auge graças à suposição freudiana de uma compulsão à repetição (Freud, 1920/1976).

A resistência revelada pela compulsão à repetição é privilegiada por Derrida em sua desconstrução do discurso – e também do próprio conceito – de resistência à análise. Segundo ele, trata-se de uma “resistência absoluta” (Derrida, 1996a, p. 37) e irreduzível que “resiste à análise sob a forma da não-resistência” (Derrida, 1996a, p. 38). É inapreensível e escapa à interpretação e a quaisquer tentativas de enunciá-la, até mesmo como resistência, em seu caráter clássico de contraposição. Resistência que faz um apelo a um manejo clínico que extrapola a interpretação, que busca tornar consciente o inconsciente, apontando para a exigência da perlaboração, conforme denominou o próprio Freud (1914/1969) em sua discussão sobre a técnica psicanalítica. Trata-se, segundo Derrida (1996a), da resistência que se oferece a ver quando superadas “a resistência ideal, conceitual e filosófico-teórica” (p. 37), portanto, resistência que ultrapassa a aceitação mais corriqueira a qual se está acostumado, seja de oposição a algo ou alguém (Rabinovich, 2007).

Para caracterizar essa resistência travestida, Derrida recorre à figura de Bartleby, personagem do escritor Herman Melville (Melville, 1852/2000) comumente evocado nos ensaios que tratam da resistência, dentre os quais, aquele de Gilles Deleuze (1997). Em sua máxima *I would prefer not to*, Bartleby desconstrói a lógica binária que sustenta os pares: atividade ou passividade, aceitação ou oposição, sim ou não. Em sua resistência, que não se apresenta enquanto tal, Bartleby borra os limites do analisável e escapa da expectativa de uma técnica interpretativa que buscava desvelar o inconsciente. Lugar por excelência da resistência: “Resistência *da* psicanálise – à psicanálise” (Derrida, 1996a, p. 38, grifos nossos).

Estão borradas as fronteiras determinantes de quem analisa quem, caminho trilhado por Derrida para tentar responder às indagações propostas pelo filósofo: o que resiste à análise também resiste ao conceito de resistência à análise, portanto, um aliado importante em seu projeto de desconstrução; nem toda resistência seria interpretável, pois há aquela irreduzível, absoluta, *outra* resistência que escapa inclusive à leitura que a psicanálise pode fazer; por fim, ao tentar apreender a resistência que não se apresenta enquanto tal nas malhas do interpretável, representável e metaforizável, é a si mesma que a psicanálise resiste. Derrida afirma que esse tipo de resistência já está embutido no conceito de

resistência à análise, pois se pretende uma leitura analítica justamente do que não se deixa apreender e analisar.

A resistência autoimunitária da psicanálise

A partir da desconstrução do conceito de resistência à análise, Derrida chega à resistência *da* psicanálise, psicanálise que resiste a si, devido a um processo autoimunitário. Para extrair as devidas consequências dessa afirmativa, é importante compreender o que o autor entende por autoimunidade, termo recorrente em suas afirmações. Retirado do referencial biológico, o vocábulo designa processos em que o organismo reconhece suas próprias células como nocivas e ativa mecanismos para se defender, destruindo-as. Derrida (1996c) propõe o alargamento da noção para caracterizar uma lógica encontrada em outras áreas onde a pretensa imunidade seria o objeto a ser imunizado e a proteção seria o alvo contra o que se deveria proteger.

Essa lógica foi identificada, por exemplo, na análise empreendida a respeito do “terrorismo” – evocado por Derrida (2003a) entre aspas – por ocasião do fatídico e tão comentado ataque às torres gêmeas da ilha de Manhattan no dia 11 de setembro de 2001. A ideia de uma luta contra o “terrorismo”, discurso paradigmático da política do até então presidente George W. Bush, seria sintoma do processo autoimune que se instaurou no seio da sociedade norte-americana, a restrição do Estado Democrático de Direito e o caráter de caça às bruxas, embora os vilões não fossem facilmente identificáveis.

Atualmente, o tema da luta contra o “terrorismo” – seguimos Derrida nas aspas – é reatualizado devido aos episódios recém-ocorridos em Paris, na não menos fatídica sexta-feira de novembro de 2015, quando ataques simultâneos levaram à morte de 130 pessoas. Em resposta aos atos, o então presidente François Hollande investiu em bombardeios à Síria, assim como recrudescer a política de segurança interna, militarizando o espaço social, que, por sua vez, é marcado pela presença massiva de imigrantes cujas tradições e memórias restam como desafio à necessidade de integração por parte do Estado francês.

Derrida não teve a oportunidade de comentar o atual cenário geopolítico, mas, no tocante à bandeira do presidente Bush à época do 11 de setembro, apontou que, contra um inimigo pretensamente externo, erigiu-se uma luta contra si. Esse é o mecanismo que o autor também identificou na psicanálise, personificado na figura de resistência autoimunitária, assunto retomado como um dos objetos privilegiados do discurso proferido na realização dos Estados Gerais da Psicanálise no ano de 2000. Convocado por um comitê internacional em 1997, os Estados Gerais objetivavam discutir os destinos da psicanálise no fim do século passado conforme uma lógica bastante original, dadas as proporções tomadas pelo evento.

Isso porque convocava os interessados a se tornarem signatários da iniciativa em nome próprio, sem “pequenas

notas biográficas” que incluíssem escolas ou sociedades de psicanálise ou em resposta a uma convocação feita por instituição específica. No intuito de resistir à “patologia das associações”, como queria Ferenczi (1911/1981, p. 181), surgiu a ideia do encontro, para o qual Derrida foi convidado a se pronunciar. Pronunciou-se sobre a resistência *da* psicanálise. Na contramão de interpretar os Estados Gerais enquanto tábua de salvação frente ao desespero de uma psicanálise supostamente agonizante – criticada de diferentes maneiras e a partir de múltiplos discursos que a ela resistem – Derrida lança luz sobre a temática da soberania inerente ao processo de institucionalização do movimento psicanalítico e de sua correlata, a crueldade.

Em se tratando do referido encontro, o intuito de embaralhar fronteiras que alocariam resistências do lado de fora da psicanálise e lutariam por sua salvação foi especialmente oportuno, dado que a história ocidental foi marcada pela realização dos Estados Gerais, que deram início à Revolução Francesa. Com efeito, os novos Estados Gerais – da psicanálise – deveriam prescindir da instauração de um novo Comitê de Salvação, bem como das amarras que outrora contiveram a “revolução”. Caso se queira buscar uma crise precipitante da convocação dos Estados Gerais da Psicanálise, pode-se aventá-la, então, como crise da possibilidade de colocar em xeque tais amarras, sendo “em seu poder de pôr em crise que a psicanálise está ameaçada e entra, portanto, em sua própria crise” (Derrida, 2001b, p. 70).

Derrida é preciso ao aproximar o discurso da salvação de uma pretensa terapêutica capaz de reparar a própria psicanálise, de modo que “Esse cuidado saudável, sanitário ou imunitário, pressupõe simultaneamente um gesto de guerra: o militante gostaria de curar ou salvar justamente derrotando uma resistência” (Derrida, 2001b, p. 15). Paradoxalmente, esse voluntarismo concorre para engrossar as fileiras das resistências à psicanálise, ao lado de “certa metafísica ontoteológica da *soberania*” (Derrida, 2001b, p. 16, grifo do autor) e da crueldade. Derrida traz à cena a figura da soberania para criticar certas formas institucionalizadas da psicanálise, que seriam marcadas pelos registros da moral, da submissão, da terapêutica – seja a sua ou a dos sujeitos dos quais se ocupa – e da busca por salvação. Os álibis daí advindos constituem um verdadeiro palco para o exercício da crueldade, constatação que se oferece na história do movimento psicanalítico, como exemplifica a tentativa de silenciamento de Ferenczi (Birman, 2014), o *enfant terrible* da psicanálise.

Ao estabelecer relação de compromisso com a soberania e, por conseguinte, com a crueldade, a psicanálise lança mão de álibis, produtores de efeitos autoimunitários, em busca de salvação (Birman, 2010), em última instância, produzem resistência autoimunitária por parte de “uma psicanálise que resiste a si própria, que se dobra em si mesma para resistir” (Derrida, 2001b, p. 14). É preciso resistir à sua própria resistência a si, o que traz a exigência de aventar *outra* resistência, diferente daquela ancorada

nos pressupostos da Revolução Francesa, ou seja, como obstáculo de fora a ser superado para o êxito da salvação ou para a instauração de uma nova forma de soberania. Como antecipou Foucault, é preciso aventar o poder sem o rei (Foucault, 1976/2010), assim como a resistência sem um opositor imaginário a ser combatido.

A temática da soberania estava, portanto, absolutamente afinada ao apelo de um encontro que convocava seus participantes a não falarem em nome de instituições ou, em outros termos, a não caírem na lógica do exercício de sua crueldade a partir da instauração de outras formas de soberania, como funcionou – e corre o risco de funcionar até hoje – a própria Associação Psicanalítica Internacional (IPA). O desafio, lançado por Derrida aos psicanalistas espectadores de sua conferência no ano de 2000, era decidir se a psicanálise estaria do lado do internacionalismo – e de seu correlato apelo à soberania dos Estados para a sua gestão – ou do cosmopolitismo (Birman, 2000). A título de esclarecimento, cabe mencionar que a possibilidade de conceber a psicanálise no deslocamento do internacionalismo para o cosmopolitismo faz parte de um projeto mais amplo empreendido por Derrida: da abertura de novas possibilidades éticas e políticas a partir do enfraquecimento dos Estados-nação – forma por excelência da soberania moderna – e, consequentemente, do monopólio da violência por parte destes.

Por fim, seria preciso que a psicanálise resistisse não a si, mas à tentação do convite ao compromisso, quer com a soberania, quer com a crueldade, em última instância, com as promessas da tirania do Um a serviço de tamponar a potência do múltiplo. Na proposição de um *impossível para além da soberana crueldade* (Derrida, 2001b), o discurso psicanalítico é privilegiado para lidar com a questão da crueldade, uma vez que se trata de um “saber sem álbi” (Derrida, 2001b, p. 9), fio norteador da aposta do que denominamos potência do múltiplo da psicanálise (Canavêz, 2012), discussão à qual remetemos o leitor.

Na leitura que realiza de Freud, Derrida compreende a crueldade como irreduzível, um estado da alma que não se deixa apreender nem mesmo pelos princípios – de prazer e de realidade – aventados por Freud. De acordo com a crítica endereçada a um Freud supostamente metafísico, Derrida propõe a concepção da crueldade no *além do além* (Derrida, 2001b), quer dizer, intimamente atrelada à pulsão de morte capaz de implodir os princípios e conceitos aos quais Freud ainda teria ficado preso. Seria preciso ainda que a psicanálise levasse ao extremo a dimensão indecível dos destinos da luta entre Eros e pulsão de morte (Freud, 1930/1974), deparando-se com o que Derrida chama de incondicional, “experiência de um im-possível não negativo” (Derrida, 2001b, p. 85), assim como as encontradas por ocasião das figuras da hospitalidade (Derrida, 2003b) e do perdão (Derrida, 2005), alvos das elaborações derridianas mais tardias.

Para isso, seria ainda preciso manter sempre acesa a chama que ilumina as “sombras da psicologização, da psiquiatrização e da medicalização” (Birman, 2010, p. 67) que pairam no movimento psicanalítico, sob o risco de

fomentar a resistência autoimunitária que se coloca no avesso do caráter sem álbi próprio da psicanálise, na leitura que faz do inconsciente e da irreduzível crueldade. Em um movimento marcadamente pendular, caberia à psicanálise não se lançar na escuridão dos álbis que pode eleger para si. Segundo Major (2002), também não é decidível ou unívoco o resultado dessa empreitada, embora sejam irrefutáveis as críticas e os apontamentos contundentes que Derrida faz ao movimento psicanalítico e à resistência encontrada no “interior” desse.

Dessa forma, a crueldade serve de veículo para as interpelações de Derrida direcionadas ao movimento psicanalítico. Uma vez que a crueldade não se extingue, Freud teria enfatizado o caráter indireto segundo o qual seria possível a esta se opor, ainda que a vitória não seja garantida (Freud, 1933/1976). Todavia, seria possível investir nos atalhos, sempre indiretos, para que crueldade ou destruição, dois nomes comumente atribuídos à pulsão de morte, não encontrassem expressão em suas formas extremas que evidenciam a intolerância às diferenças, o que, doravante, estamos chamando – seguindo a proposta de desconstrução derridiana – de tirania do Um.

Assim sendo, é possível compreender como as provocações endereçadas ao movimento psicanalítico por ocasião de seus Estados Gerais inserem-se em uma problemática maior dos chamados “arquivos do mal” (Derrida, 2001a, p. 7) e dos coloridos assumidos pela crueldade na cultura contemporânea. Esses arquivos fazem parte do que foi produzido pela cultura ocidental desde a segunda metade do século XX, especialmente a partir do corte histórico advindo da *Shoah* e seus desdobramentos. Retomemos agora o preâmbulo da fala derridiana sobre o *impossível para além da soberana crueldade*, que marca sua contribuição a respeito dos arquivos do mal.

Da tirania do Um à potência do múltiplo

O texto emblemático de Derrida que diz respeito aos arquivos do mal intitula-se *Mal de arquivo: uma impressão freudiana* (2001a). Trata-se do resultado de uma conferência sobre memória, inicialmente nomeada *O conceito de arquivo. Uma impressão freudiana*, de forma que o termo *conceito* foi substituído pelo *mal*, modificação deveras significativa no que diz respeito à desconstrução engendrada por Derrida, a saber, aquela do conceito de arquivo e, em última análise, da própria ideia de conceito.

Nesse momento, o discurso freudiano é mais uma vez privilegiado enquanto aliado de Derrida, graças à envergadura da proposição da pulsão de morte no que concerne à problemática da memória. A mira de Derrida está, nessa ocasião, direcionada para a historiografia clássica e, mais especificamente, para a pretensão da busca por uma origem ontológica, uma verdade material, motivo pelo qual o texto freudiano sobre a religião monoteísta (Freud, 1939/1975) e a análise levada a cabo pelo historiador Yerushalmi (1992) são colocados em pauta. Mais do que construir uma tese sobre a memória,

Freud teria chegado à consecução de uma teoria original sobre o arquivo devido à analogia do aparelho psíquico com o bloco mágico (Freud, 1925/1976).

De acordo com essa leitura, arquivo e memória não podem ser equiparados, pois aquele não se reduz a essa, na medida em que “não será jamais a memória nem a anamnese em sua experiência espontânea” (Derrida, 2001a, p. 22). Em outros termos, enquanto a memória pressuporia uma verdade material a ser garimpada, o arquivo contempla as fissuras desse processo de escavação, além do fato de ser indissociável do arconte, isto é, da autoridade que o produz e o retoma.

Derrida desmembra o vocábulo grego *arkhê* em seus dois sentidos: começo e comando. No segundo caso, trata-se de uma alusão aos arcontes, magistrados superiores detentores do poder político que comandavam as leis, seja constituindo-as ou representando-as. Os arcontes também eram os responsáveis pela guarda dos documentos oficiais e pela interpretação de tais arquivos, função que Derrida caracteriza segundo o princípio arcôntico, através do qual os arquivos são reunidos e interpretados.

Na obra freudiana é possível encontrar uma interessante perspectiva sobre a memória, cuja evocação não se dá por completo, isto é, de forma inteiriça, pelo sistema consciente, senão através de lapsos sujeitos à determinação inconsciente. É cabível então afirmar fissuras identificadas no arquivo como o que coloca em xeque a concepção unívoca de memória – por exemplo, aquela passível de representação – a ser evocada. O pensamento freudiano é privilegiado nesse sentido por enunciar uma pulsão de morte (de agressão, de destruição) a serviço de apagar traços do arquivo; em última instância, trata-se de uma “pulsão de perda” (Derrida, 2001a, p. 20), daquilo que poderia constituir a memória. Vale lembrar que Derrida (2001a) não se ocupa de estabelecer distinções entre as pulsões de morte, de destruição e de agressão. Segundo ele, trata-se da pulsão de três nomes, leitura que confere ênfase ao caráter destrutivo desse funcionamento pulsional, portanto consoante à perspectiva freudiana.

Salientando o potencial anárquico da pulsão de morte, tal como se encontra em Zaltzman (1998), Derrida a afirma também como “anarcôntica (não nos esqueçamos que a pulsão de morte, por mais originária que seja, não é um princípio, como o são o princípio de prazer e o princípio de realidade): a pulsão de morte é, acima de tudo, *anarquívica*” (Derrida, 2001a, p. 21, grifo do autor). Em um só golpe, a pulsão de morte “especulada” por Freud (1920/1976) derruba a retórica dos princípios – assim como da metapsicologia que tanto incomoda o filósofo Derrida – e a pretensão de uma rememoração dita objetiva e fora da alçada das malhas do poder ou, em outros termos, do princípio arcôntico. Derrida segue, como de costume, na contramão da leitura clássica sobre o arquivo presente nos campos histórico e filosófico, eminentemente calcada na expectativa de se chegar à origem mediante rememoração, no final do que seria crível enunciar uma verdade inequívoca sobre o arquivo.

Freud não teria saído ileso dessa pretensão, de acordo com Derrida. Segundo este, o discurso freudiano sobre o arquivo seria paradoxal, devido a três motivos principais. Em primeiro lugar, se possibilitou uma leitura sobre o arquivo, não deixou totalmente de lado os anseios arqueológicos na busca por uma verdade material. Além disso, ainda que tenha lançado luz sobre o caráter mortífero da pulsão de morte, Freud não deixou de se revelar hesitante, no que apresentava de metafísico clássico, diante das consequências da afirmação de um irreduzível psíquico de sobrenome destruição. Finalmente, embora tivesse problematizado a autoridade inerente ao princípio arcôntico, não escapou totalmente à repetição da lógica patriarcal em sua luta pela salvação da figura do pai.

Sendo assim, Freud teria sofrido de mal de arquivo, inquieto na eterna busca pelo local onde o arquivo se esconderia, movimento pendular que transita entre polos aparentemente contraditórios – ou absolutamente contraditórios, se na contradição não recair o caráter negativo que anula um dos termos de uma dialética hierarquicamente construída –, marcando o discurso freudiano da característica instável e nunca completa que Derrida reconhece na própria noção de arquivo. A pulsão de morte é pulsão de arquivo, mas apenas na medida em que a experiência de arquivar é indissociável do apagamento, do mal de arquivo.

O conceito foi substituído pelo mal: Derrida não chega a um conceito propriamente dito de arquivo, tanto quanto reconhece em Freud sua inexistência; não por falta de habilidade de ambos em fazê-lo, mas somente porque o arquivo é apenas uma noção, uma *impressão*, daí um dos motivos concorrentes para a escolha do título da conferência. Diferindo da possibilidade de conceber o arquivo como dado estático e passível de evocação sem a sombra do arconte, o objeto a ser desconstruído não é só o conceito clássico de arquivo, mas o próprio conceito. Vale dar voz ao próprio Derrida no que diz respeito à desconstrução do conceito:

Temos somente uma impressão, uma impressão que insiste através do sentimento instável de uma figura móbil, de um esquema ou de um processo in-finito ou indefinido. Contrariamente ao que um filósofo ou um sábio clássico tentaria fazer, não considero esta impressão, nem a noção desta impressão como um subconceito de um pré-saber enfermo, vago e subjetivo . . . há razões essenciais devido às quais um conceito em formação fica sempre inadequado ao que deveria ser, dividido, disjunto entre duas forças. E esta disjunção teria uma relação necessária com a estrutura do arquivamento (Derrida, 2001a, p. 44).

Estrutura necessária na experiência de arquivar que implica, de saída, o apagamento. A estrutura do arquivo, diz-nos Derrida (2001a), é *espectral*³

3 A lógica da espectralidade é mais uma das constantes na obra derridiana. Para investigação sobre o assunto, consultar Derrida (1994) e Skinner (2005).

fantasmagórica, posto ser impossível apreendê-la “em carne e osso” (Derrida, 2001a, p. 110), em uma identidade imutável, enunciável e concebível enquanto tal. Também o são o princípio arcôntico, as verdades históricas construídas por esse e o próprio conceito em geral. Com efeito, os conceitos estão em constante deslocamento “porque nunca fazem *um* consigo mesmo” (Derrida, 2001a, p. 110, grifo nosso), de modo que, para manter a categoria de conceito, seria necessário contemplar suas fissuras e descontinuidades, o que poderia constituir um contrassenso.

Ao falar de Um, Derrida refere-se às armadilhas colocadas pelas formas da unicidade e da totalização, intimamente associadas ao princípio arcôntico que toma para si a organização do arquivo, ato violento por excelência. Ora, há um *quantum* de violência inerente ao processo de constituição arcôntica do Um: “Uma vez que há o Um, há o assassinato, a ferida, o traumatismo. *Um se resguarda do outro*” (Derrida, 2001a, p. 100, grifo do autor), e da violência atrelada ao processo que o constitui, suscetível de se voltar contra si mesmo.

Impossível não fazer alusão ao assassinato do pai da horda primitiva enaltecido por Freud para explicar a passagem da força, da violência, ao contrato social (Freud, 1913/1974). O lugar outrora ocupado pelo patriarca deveria permanecer vazio para que o próximo virtualmente capaz de ocupá-lo não fosse mais uma vítima da violência que, paradoxalmente, institui seu lugar. Trata-se do impasse político decorrente (e fundante) da instauração da lei que Freud, herdeiro da modernidade e seus impasses, soubera apontar.

Voltando à discussão sobre a autoridade do princípio arcôntico e, por conseguinte, do conceito que faz Um consigo mesmo, Derrida esclarece ainda a relação entre autoridade e violência, pois o Um se faz violência na medida em que conserva e apaga, a um só tempo, a injustiça que o constitui como tal, devido à violência. A autoridade revela-se violenta quando rechaça a violência que a institui: “*O Um se faz violência. Viola-se e violenta-se, mas se institui também em violência. Transforma-se no que é, a própria violência – que se faz a si mesmo*” (Derrida, 2001a, p. 100, grifo do autor).

Seria, então, preciso resistir ao esquecimento da violência e, em última análise, à violência da pretensão do Um, inerente à construção de um conceito. Aliás, não só deste, mas de uma perspectiva unívoca de memória ou resistência, de um discurso que faz Um consigo mesmo ao tomar para si toda a autoridade do princípio arcôntico. E a psicanálise, poderia, afinal de contas, livrar-se da violência do Um? Desembaraçar-se da resistência a si própria? Seria possível nela reconhecer (e sustentar) a potência do múltiplo?

Considerações finais

Para tecer as considerações finais, vale colocar em pauta o convite feito por Derrida ao movimento

psicanalítico, qual seja, ultrapassar os limites da clínica ancorada no *setting* clássico no intuito de exercer sua potência para transformar

os axiomas da ética, do jurídico e da política, notadamente nos lugares sísmicos onde tremula o fantasma teológico da soberania e onde se produzem os mais traumáticos acontecimentos geopolíticos, digamos ainda, confusamente, os mais cruéis destes tempos (Derrida, 2001b, p. 18).

Esse seria, segundo o olhar lançado pelo filósofo, o grande papel da psicanálise no movimento que remexe – e ao mesmo tempo constrói – os chamados arquivos do mal.

Entretanto, por mais que a psicanálise possa ser atribuída a função de “justiceira”, com potência para romper estruturas de dominação e discursos hegemônicos, parece que seu movimento é sempre pendular, de avanços e recuos, entre poder e resistência. Assim, por mais que se possa fazer uma aposta na psicanálise como partidária do múltiplo em detrimento da tirania do Um, convém mencionar que faz parte da lógica que sustenta o múltiplo não dar uma resposta contundente e definitiva à questão, mantendo, de fato e de direito, esse impasse.

Sendo assim, a psicanálise pode funcionar como discurso do múltiplo, mas, ao mesmo tempo, é preciso ainda se livrar da violência do Um que enuncia o que é ou deixa de ser em termos absolutos, como o estabelecimento de fronteiras de um Estado soberano (Birman, 2011). Desta feita, não seria possível definir de modo inequívoco o que estaria dentro dos limites de sua alçada e o que ultrapassaria o seu território, bem como os autorizados a falar em seu nome. De acordo com esse ponto de vista, a própria tarefa de delimitação do que seria a psicanálise não deve rechaçar a violência inerente a este percurso, sabendo-se sempre inconclusa e sujeita ao vaivém das forças múltiplas que deve buscar não subsumir.

Essa característica revela-se signo insofismável da própria obra freudiana, marcada pela ideia de conflito, a qual encontra na relação entre pulsões de vida e pulsões de morte um expressivo representante. Com efeito, o conflito foi afirmado como antídoto face à tirania do Um, pois, diferente de uma relação dialética em que um dos termos seria subsumido pelo concorrente, é caracterizado pela impossibilidade de uma síntese apaziguadora, da conjuração da desmedida (Gondar, 2006).

Desse modo, o amálgama entre pulsões de vida e de morte enaltece uma relação marcadamente agonística, em que reside a potência que fala a favor do múltiplo. Enquanto a violência do Um advoga a favor de antagonismos que seriam superados pela imposição do polo irresistível, o caráter agonístico (Auroux, 1990) enaltece a impossibilidade de superação advinda da síntese, por exemplo, na expectativa de neutralizar as resistências que possibilitam o exercício do heterogêneo.

Em resumo: a psicanálise pode, em seu movimento pendular, resistir ao Um, “mas quem pode prever com

que sucesso e com que resultado?” (Freud, 1930/1974, p. 171). A pergunta lançada por Freud parece oportuna para afirmar que a resposta à questão de saber se a psicanálise poderia se livrar da tirania do Um – sustentando, dessa maneira, a potência do múltiplo – é sempre inconclusa,

não sendo possível prever o resultado de antemão. Dessa maneira, a expectativa de eliminar o caráter pendular da psicanálise entre a tentação do Um e a afirmação do múltiplo parece reforçar sua resistência autoimunitária, para retomar a proposição de Derrida.

From autoimmune resistance to multiplicity in psychoanalysis

Abstract: This article discusses resistance in the psychoanalytic movement based on the provocation, set out by philosopher Jacques Derrida, that there would be an autoimmune resistance of psychoanalysis, thereby causing it to resist itself. The aim is to extrapolate the elaborations on the resistance to analytical treatment, which is more commonplace within the scope of the psychoanalytic clinic, in order to delve into the ethical-political discussion regarding the possibility of psychoanalysis resisting the tyranny of the One. In this way, psychoanalysis would resist the temptation to commit to sovereignty or cruelty. Finally, it is intended to assert the power of multiplicity in psychoanalytic discourse, regardless of how it constantly wavers between the expectation of establishing a hegemonic discourse, and the asserting of multiplicity, resisting the One.

Keywords: resistance, psychoanalysis and politics, Derrida.

De la résistance auto-immune au multiple dans la psychanalyse

Résumé: Cet article parle de la résistance dans le mouvement psychanalytique à partir de la provocation du philosophe Jacques Derrida qu'il y aurait une résistance auto-immune de la psychanalyse, ce qui la fait donc résister à elle-même. L'objectif est d'extrapoler les élaborations sur la résistance au traitement analytique, plus ordinaires au sein de la clinique psychanalytique, pour mettre en question la discussion éthique et politique à propos de la possibilité de la psychanalyse résister à la tyrannie de l'Un. Ainsi, la psychanalyse résiste encore à la tentation d'attachement à la souveraineté ou la cruauté. Enfin, nous avons l'intention de faire valoir la puissance du multiple dans le discours psychanalytique, malgré son mouvement toujours pendulaire soit comme attendu de constituer un discours hégémonique, soit comme affirmative du multiple, en résistant à l'Un.

Mots-clés: résistance, psychanalyse et politique, Derrida.

De la resistencia autoinmune al múltiple en el psicoanálisis

Resumen: En este artículo se analiza la resistencia en el movimiento psicoanalítico a partir de la provocación del filósofo Jacques Derrida de que habría una resistencia autoinmune del psicoanálisis, lo que le hace resistir, por lo tanto, a sí mismo. Se busca extrapolar las elaboraciones más corrientes acerca de la resistencia al tratamiento analítico en el ámbito de la clínica psicoanalítica, a poner en tela de juicio el debate ético y político sobre la posibilidad de que el psicoanálisis resista a la tiranía del Uno. De este modo, el psicoanálisis resistiría aun a la tentación de compromiso con la soberanía o la crueldad. Finalmente, tenemos la intención de hacer valer la potencia del múltiple en el discurso psicoanalítico, pese a su movimiento siempre pendular ora como expectativa para constituir un discurso hegemónico, ora como afirmativa del múltiple, resistiendo al Uno.

Palabras clave: resistencia, psicoanálisis y política, Derrida.

Referências

- Anjos, A. (1998). *Eu e outras poesias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Auroux, S. (1990). Les notions philosophiques. Dictionnaire. In A. Jacob (Org.). *Encyclopédie Philosophique Universelle* (tome II). Paris, França: PUF.
- Birman, J. (2000). *Entre cuidado e saber de si: sobre Foucault e a Psicanálise*. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará.
- Birman, J. (2008). Arquivo e mal de arquivo: uma leitura de Derrida sobre Freud. *Natureza humana*, 10(1), 105-128. São Paulo, SP. Recuperado de <https://goo.gl/Qmvr4o>
- Birman, J. (2010). Crueldade e Psicanálise: uma leitura de Derrida sobre o saber sem álibi. *Natureza Humana*, 12(1), 55-84. São Paulo, SP. Recuperado de <https://goo.gl/CjJ1wg>

- Birman, J. (2011). Borda e dobra em psicanálise: sobre o limite na experiência analítica. In: C. A. Garcia & M. R. Cardoso (Orgs.). *Limites da clínica, clínica dos limites* (pp. 11-31). Rio de Janeiro, RJ: Companhia de Freud.
- Birman, J. (2014). *Arquivo e memória da experiência psicanalítica*: Ferenczi antes de Freud, depois de Lacan. Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa.
- Canavêz, F. (2012). *Violência, trauma e resistência: sobre o múltiplo na psicanálise*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Derrida, J. (1994). *Espectros de Marx*: o Estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará.
- Derrida, J. (1996a). *Résistances de la psychanalyse*. Paris, França: Galilée.
- Derrida, J. (1996b). Être juste avec Freud: l'histoire de la folie à l'âge de la psychanalyse. In J. Derrida. *Résistances de la psychanalyse* (pp. 89-146). Paris, França: Galilée.
- Derrida, J. (1996c). Foi et savoir. In J. Derrida & G. Vattimo (Orgs.). *La religion*: séminaire de Capri (pp. 9-86). Paris, França: Seuil.
- Deleuze, G. (1997). Bartleby, ou a fórmula. In G. Deleuze. *Crítica e clínica* (pp. 80-103). São Paulo, SP: Editora 34.
- Derrida, J. (2001a). *Mal de arquivo*: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará.
- Derrida, J. (2001b). *Estados-da-alma da psicanálise*. O impossível para além da soberana crueldade. São Paulo, SP: Escuta.
- Derrida, J. (2003a). Autoimmunity: real and symbolic suicides. In G. Borradori. *Philosophy in a time of terror: dialogues with Jürgen Habermas and Jacques Derrida* (pp. 85-136). Chicago, EUA: The University of Chicago Press.
- Derrida, J. (2003b). Entrevistado por Anne Dufourmantelle. *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade*. São Paulo, SP: Escuta.
- Derrida, J. (2005). *Pardoner: l'impardonnable et l'imprescriptible*. Paris, França: Éditions de l'Herne.
- Derrida, J. & Foucault, M. (2001). *Três tempos sobre a história da loucura*. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará.
- Derrida, J. & Roudinesco, E. (2004). *De que amanhã... diálogos*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Ferenczi, S. (1981). Sobre la historia del movimiento psicoanalítico. In S. Ferenczi. *Obras completas: Psicoanálisis I* (pp. 177-188). Madrid, Espanha: Espasa-Calpe. (Trabalho original publicado em 1911).
- Foucault, M. (2010). *Folie et Dérison. Histoire de la folie à l'âge classique*. Paris, França: Gallimard. (Trabalho original publicado em 1972).
- Foucault, M. (2010). *Histoire de la Sexualité I: La Volonté de Savoir*. Paris, França: Gallimard. (Trabalho original publicado em 1976).
- Freud, S. (1969). Recordar, repetir e elaborar. In S. Freud. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (J. O. A. Abreu, trad., Vol. XII, pp. 191-203). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1914).
- Freud, S. (1974). Totem e tabu. In S. Freud. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (O. C. Muniz, trad., Vol. XIII, pp. 13-194). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1913).
- Freud, S. (1974). O mal-estar na civilização. In S. Freud. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (J. O. A. Abreu, trad., Vol. XXI, pp. 75-171). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1930).
- Freud, S. (1975). Moisés e o monoteísmo. In S. Freud. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (J. O. A. Abreu, trad., Vol. XXIII, pp. 3-161). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1939).
- Freud, S. (1976). Além do princípio de prazer. In S. Freud. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (C. M. Oiticica, trad., Vol. XVIII, pp. 13-85). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1920).
- Freud, S. (1976). Uma nota sobre o bloco mágico. In S. Freud. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (J. O. A. Abreu, trad., Vol. XIX, pp. 283-290). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1925).
- Freud, S. (1976). Inibições, sintomas e ansiedade. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (J. Salomão, trad., Vol. XX, pp. 85-201). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1926).
- Freud, S. (1976). Por que a guerra? In S. Freud. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (J. L. Meurer, trad., Vol. XXII, pp. 237-259). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1933).
- Gondar, J. (2006). Medida e desmedida: Hölderlin, Nietzsche e Freud. In M. A. Barrenechea, M.A. Feitosa & P. Pinheiro (Orgs.) *Nietzsche e os gregos: arte, memória e educação* (pp. 109-125). Rio de Janeiro, RJ: DP&A.
- Major, R. (2002). Derrida, lecteur de Freud et Lacan. *Études françaises: dossier Derrida lecteur*, 38(1-2), 165-178. Montréal, Canadá: Les Presses de l'Université de Montréal.
- Melville, H. (2000) *Bartleby the scrivener*. California, EUA: Blue Unicorn Editions. (Trabalho original publicado em 1852).
- Rabinovich, G. (2007). Algumas confusões e anomias léxicas na época das sociedades de massa. *Veredas do Direito*, 4(7), 45-61. Recuperado de <https://goo.gl/BvUI9t>
- Skinner, A. (2005). Espectros de Marx: por que esse plural? In E. Nascimento (Org.) *Em torno de Jacques Derrida: pensar a desconstrução* (pp. 65-76). São Paulo, SP: Estação Liberdade.
- Yerushalmi, Y. H. (1992). *Moisés de Freud: judaísmo terminável e interminável*. Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Zaltzman, N. (1998). *De la guérison psychanalytique*. Paris, França: PUF.

Recebido: 24/12/2015

Revisado: 14/11/2016

Aprovado: 29/11/2016